



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO  
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

**TIPO DE AUDITORIA** : AUDITORIA DE GESTÃO  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**PROCESSO N°** : 03604.002233/2011-05  
**UNIDADE AUDITADA** : 114601 - FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ  
**MUNICÍPIO - UF** : Rio de Janeiro -  
**RJ RELATÓRIO N°** : 201108581  
**UCI EXECUTORA** : CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Senhor Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201108581, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo (a) FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ.

## I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 22/03/2011 a 08/04/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames. Não foram realizadas as análises previstas no item 13, Parte A – Conteúdo Geral, Anexo III da Decisão Normativa TCU n° 110/2010 (avaliação objetiva da posição patrimonial e financeira da entidade, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e a aderência às normas em vigor), conforme orientação contida no Ofício TCU/ADPLAN n° 01/2011, de 13/01/2011.

## II – RESULTADOS DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo Anual de Contas do IBGE-ADMINISTRACAO a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN TCU n° 63/2010 e pela DN TCU n° 110/2010. Cumpre registrar que a UJ apresentou novo rol dos responsáveis, mediante solicitação desta Equipe em face da verificação de inconsistências no período de gestão dos Dirigentes do IBGE, tendo sido o novo documento incorporado ao processo administrativo.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN TCU n° 110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

### 4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

O IBGE, em 2010, atuou no Plano Plurianual do Governo Federal especialmente por meio do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas - IEG (Código 0796), cuja natureza é finalística, que tem como objetivo elaborar e disseminar informações de natureza estatística e geocientífica com vistas ao conhecimento da realidade do país. O Programa possui como beneficiários o Governo e a sociedade, e suas ações estão voltadas à obtenção dessas informações, necessárias à compreensão das realidades nacionais, por meio de pesquisas estruturais, mapeamentos e análises geográficas.

A entidade possui também atuação em outros dez Programas de Governo, cujas ações perpassam atividades de outros órgãos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Educação, do Ministério da Previdência Social e do Ministério da Saúde.

O Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas - IEG (Código 0796) possui como Despesas Liquidadas e Despesa Executada por Inscrição em Restos a Pagar Não Processado, de acordo com o sistema SIAFI 2010, o valor de R\$ 2.152.766.933,02 (dois bilhões, cento e cinquenta e dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, novecentos e trinta e três reais, e dois centavos), o que corresponde a 44,51% do total da unidade, levanto em conta as despesas de outros Programas do IBGE. As Ações do Programa 0796 possuem os seguintes tipos: Atividade, Projeto e Operação Especial.

A Ação 5292 - “Censo Demográfico 2010” foi o Projeto com maior execução financeira (53%). A Ação 2272- “Gestão e Administração do Programa” foi a Atividade com maior execução financeira (34%). A Ação 09HB - “Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais” foi a Operação Especial com maior execução financeira (6%).

Em relação às Ações 2230 - Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas, 4228 – Pesquisas Estruturais da Área Econômica e 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, foram analisados processos de licitação, dispensa e inexigibilidade compreendidos nessas Ações Governamentais, daí a apresentação dos seus resultados alcançados.

O quadro a seguir mostra os resultados, em termos de metas físicas e financeiras dessas cinco Ações:

Quadro I: Execução Física e Financeira das Ações de maior materialidade relacionados à área finalística.

114601 – IBGE					
0796 - Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas					
5292 - Censo Demográfico 2010					
Meta	Previsão	Execução *	Execução/ Previsão %	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	82	79	96,00	Não foram identificados atos ou fatos que tenham prejudicado o desempenho. Ao serem considerados os valores empenhados e não pagos o percentual de realização eleva-se para 90,27%.	Não houve necessidade.
Financeira	R\$ 1.353.800.000	R\$ 1.115.411.875	82,39		
2272- Gestão e Administração do Programa					
Meta	Previsão	Execução *	Execução/ Previsão %	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	-	-	-	Não foram identificados atos ou fatos que tenham prejudicado o desempenho. Ao serem considerados os valores empenhados e não pagos o percentual de realização eleva-se para 98,92%.	Não houve necessidade.
Financeira	R\$ 752.303.412	R\$ 737.009.509	97,97		
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Meta	Previsão	Execução *	Execução/ Previsão %	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	-	-	-	Não foram identificados atos ou	Não houve

Financeira	R\$ 132.964.180	R\$ 131.918.780	99,21	fatos que tenham prejudicado o desempenho.	necessidade.
2230 - Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas					
Meta	Previsão	Execução *	Execução/ Previsão %	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	23.000.000	26.577.202	115,55	Não foram identificados atos ou fatos que tenham prejudicado o desempenho. Ao serem considerados os valores empenhados e não pagos o percentual de realização eleva-se para 99,58%.	Não houve necessidade.
Financeira	R\$ 4.000.000,00	R\$ 2.803.416	70,09		
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Meta	Previsão	Execução *	Execução/ Previsão %	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	2500	6418	256,72	Não foram identificados atos ou fatos que tenham prejudicado o desempenho. Ao serem considerados os valores empenhados e não pagos o percentual de realização eleva-se para 93,86%.	Não houve necessidade.
Financeira	R\$ 994.465,00	R\$ 875.902,00	88,08		
Ação 4228 – Pesquisas Estruturais da Área Econômica					
Meta	Previsão	Execução *	Execução/ Previsão %	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	14	15	107,14	Não foram identificados atos ou fatos que tenham prejudicado o desempenho. Ao serem considerados os valores empenhados e não pagos o percentual de realização eleva-se para 87,59%.	Não houve necessidade.
Financeira	R\$ 5.535.454,00	R\$ 4.449.968,21	80,39		

Fonte: Relatório de Gestão, SIGPLAN e SIAFI.

\* informados os valores pagos.

Com relação à execução física, de uma forma geral, o IBGE conseguiu atingir as metas previstas, cabendo informar o seguinte:

a) Ação 5292 - Censo Demográfico 2010: além do bom resultado alcançado, relacionado ao censo divulgado, merecem destaque as inovações tecnológicas usadas no Censo 2010 (uso de computadores de mão na coleta, acompanhamento da coleta e supervisão on-line, mapas digitais georreferenciados, metodologias e ferramentas digitais, entre outros), o primeiro país do mundo a ser feito de forma totalmente digital, levando a unidade a ser um dos dez premiados pela UNESCO e pela Netexplorateur, ONG francesa pelo desenvolvimento da sociedade digital, além de despertar o interesse de outros países por cooperação e parceria com o IBGE;

b) Ação 2230 - Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas: as metas dessa Ação estão diretamente relacionadas aos atendimentos realizados pelo IBGE à sociedade em todo o país,

ou seja, aos usuários atendidos, os quais apresentaram crescimento em relação aos anos anteriores, creditado à realização do Censo Demográfico 2010. No Portal da internet, podem ser destacadas as informações do IBGE/Censo 2010 nas redes sociais que são atualizadas diariamente nos canais Twitter, Facebook e YouTube. Além disso, o IBGE contou também com participação em eventos, feiras e congressos, com a exposição de stands, criação das peças promocionais para os lançamentos das publicações, elaboração de material para apoio à coleta, criação de peças para campanhas internas, desenvolvimento de diversos materiais promocionais e a gestão do Coral do IBGE;

c) Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação: as metas previstas para essa Ação foram bastante superadas, tendo em conta a implementação de treinamento na plataforma de ensino à distância (EAD), praticado on-line e realizado pela escola virtual do IBGE, e que envolveu um grande número de treinandos, abrangendo, assim, maior quantidade de servidores capacitados; e

d) Ação 4228 – Pesquisas Estruturais da Área Econômica: as metas dessa Ação correspondem com o resultado divulgado oriundo de pesquisas necessárias à caracterização e ao conhecimento da situação estrutural econômica do País. Em 2010, além da divulgação das pesquisas realizadas, merece destaque a publicação Demografia das Empresas, elaborada com base nas informações do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), em que o IBGE disponibiliza, pela primeira vez, informações sobre as empresas de alto crescimento na economia brasileira, no período de 2005 a 2008.

A Ação 2272- Gestão e Administração do Programa e a Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais não possuem metas físicas.

Com relação à execução financeira, pudemos observar que as ações destacadas abaixo tiveram as despesas alocadas de forma coerente com as finalidades das ações, conforme exposto a seguir:

a) Ação 5292 - Censo Demográfico 2010: a maior parte dos valores executados foi referente a serviços eventuais de agentes censitários (45,36%), no valor de R\$ 505.930.800 (quinhentos e cinco milhões, novecentos e trinta mil e oitocentos reais), que correspondem à contratação de pessoal temporário alocado nas atividades de realização do Censo Demográfico 2010, além das despesas com obrigações patronais (11,68%), outras vantagens decorrentes do contrato temporário (8,69%), auxílio-alimentação (7,41%), locomoção (3,74%), diárias (6,14%), equipamentos de processamento de dados (4,05%) e outras despesas (12,93 %);

b) Ação 2272- Gestão e Administração do Programa: as despesas nessa Ação compreendem, dentre outras, serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota veicular, manutenção e conservação de imóveis e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa. Temos, assim, despesas que são classificadas em pessoal (92,33%), em infraestrutura (7,56%), e em administração indireta (0,11%);

c) Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais: a execução financeira da contribuição para o Regime de previdência dos servidores públicos federais é feita de forma automática pelo sistema SIAPE, de acordo com o número de servidores ativos e inativos verificado mensalmente;

d) Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação: foram realizadas despesas com serviço de seleção e treinamento(44,26%), locação de softwares (11,42%), diárias e passagens (26,87%), entre outras despesas (17,45 %);

e) Ação 2230 - Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas: foram realizadas despesas com locação de máquinas e equipamentos (36,53%), serviços gráficos e editoriais (16,83%), apoio administrativo, técnico e operacional (9,67%), manutenção e conservação de máquinas e equipamentos (7,23%), exposições, congressos e conferências (3,91%), estagiários (3,64%), serviço de seleção e treinamento (2,53%), material para utilização em gráfica (2,15%), e

outras despesas (17,51%); e

f) Ação 4228 – Pesquisas Estruturais da Área Econômica: diárias (40,12%), combustíveis e lubrificantes automotivos (13,27%), locomoção urbana (7,10%), passagens para o país (6,52%), locação de meios de transporte (5,32%), manutenção e conservação de veículos (3,53%), locação de máquinas e equipamentos (2,39%), assessoria e consultoria técnica ou jurídica (2,22%), apoio administrativo, técnico e operacional (1,75%), material para manutenção de veículos (1,66%), e outras despesas (16,12%).

#### 4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

O IBGE utilizou, no exercício de 2010, seis indicadores para avaliar o desempenho da sua gestão, quanto à eficácia, eficiência e efetividade, conforme especificado a seguir:

Quadro II - Indicadores de Desempenho do IBGE

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula do Cálculo	Utilidade	Mensurabilidade
Taxa de Resultados Alcançados (RA) –  Indicador 1	A composição desse indicador tem como base as metas das Ações do Plano Plurianual – PPA, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional, e é dado pela média aritmética do conjunto de resultados obtidos.	$RA = (M_R \times 100 / M_P) / n$ <p><math>M_R</math> = metas realizadas</p> <p><math>M_P</math> = metas previstas</p> <p><math>n</math> = número de resultados obtidos</p> <p>Unidade = %</p> <p>Periodicidade = semestral</p>	SIM	SIM
Taxa de Variação da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas (TDI)–  Indicador 2	A partir da obtenção do número índice e da variação percentual do número de usuários atendidos no ano em análise em relação ao ano anterior, é possível acompanhar a evolução do IBGE no que diz respeito a demanda por informações estatísticas e geocientíficas.	$TDI = (NU_n \times 100 / NU_{n-1}) - 100$ <p><math>NU_n</math> = número de usuários atendidos no ano</p> <p><math>NU_{n-1}</math> = número de usuários atendidos no ano anterior</p>	SIM	SIM

		Unidade = %  Periodicidade = anual		
Tempo de Resposta (TR) – Médio  Indicador 3	Tempo médio de resposta (atendimento) às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico. Esse indicador permite avaliar mês a mês o desempenho do atendimento a essas demandas.	$TR = T_i/n$  $T_i =$ somatório dos tempos de resposta a cada usuário atendido no mês  $n =$ número de atendimentos realizados no mês  Unidade = dias  Periodicidade = mensal	SIM	SIM
Taxa de Satisfação do Usuário (S)  Indicador 4	Percentual alcançado pela avaliação do serviço em relação à expectativa de serviço, onde valores abaixo de 100 indicam insatisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi pior do que o esperado, e valores maiores ou iguais a 100 indicam satisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi melhor ou igual ao esperado.	$S = (A/E) \times 100$  $A =$ média das notas dadas pelos usuários para o quesito avaliação  $E =$ média das notas dadas pelos usuários para o quesito expectativa  Unidade = %  Periodicidade = anual	SIM	SIM
Expectativa do Usuário (E)  Indicador 5	Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos indivíduos sobre o que esperavam receber em relação a um determinado serviço. Quanto maior a nota, maior a expectativa possuíam antes de receber o serviço.	$E = (E_i)/n$  $E_i =$ somatório das notas atribuídas à expectativa por cada usuário  $n =$ número de questionários respondidos  Unidade = pontos	SIM	SIM

		Periodicidade = Anual		
Avaliação do Usuário	Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos indivíduos sobre o que efetivamente receberam em relação a um determinado serviço. Quanto maior a nota, maior a avaliação.	$A = (A_i)/n$  $A_i =$ somatório das notas atribuídas à avaliação por cada usuário  $n =$ número de questionários respondidos  Unidade = pontos  Periodicidade = Anual	SIM	SIM

Fonte: Relatório de Gestão de 2010 da Unidade.

Consideramos que o conjunto de indicadores em questão permitem a verificação da eficácia (indicadores 1 e 2), da eficiência (indicador 3) e da efetividade (Indicadores 4 a 6), por intermédio da medição dos resultados alcançados pelo IBGE quando da sua atuação operacional, e atendem ao critério de utilidade, no que tange à dimensão dos resultados.

Os indicadores do IBGE apresentados no Relatório de Gestão são, de uma forma geral, representativos, de fácil compreensão e simples, além de permitirem a facilidade de acesso às informações primárias, para o cálculo desses indicadores, uma vez que se encontram registradas no sistema e em documentos eletrônicos, e podendo ser acessados a qualquer momento, o que faz com que os indicadores atendam ao critério de mensurabilidade.

Os indicadores apresentados tratam da avaliação do atendimento dos usuários de informações disponibilizadas pela unidade. Verificamos os resultados positivos dos indicadores, demonstrando qualidade na prestação dos serviços. Os indicadores utilizados pelo IBGE são importantes para o processo de tomada de decisão da Administração, pois avaliam o resultado global da atuação do IBGE na percepção da sociedade.

Cumpramos informar que, em 2010, três representantes do IBGE passaram a integrar um grupo de trabalho constituído pela Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEGES/MP, tendo como objetivo estabelecer um conjunto de indicadores de desempenho que possam ser utilizados por toda a Administração Pública Federal, bem como o IBGE tem o intuito de construir indicadores voltados para a dimensão Esforço, sejam eles de Economicidade (estes no âmbito do Programa de Melhoria da Qualidade do Gasto Público); de Excelência (a serem definidos pela SEGES/MP); e, finalmente, de Execução, os quais a Coordenação de Planejamento pretende medir o desempenho dos processos administrativos automatizados.

#### 4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

No que tange ao sistema dos controles internos do IBGE, temos o seguinte:

a) ambiente de controle: existe, no âmbito da unidade, uma Comissão de Ética, nomeada formalmente. O IBGE segue o Código de Ética do servidor público, o qual é divulgado aos servidores, por exemplo, com distribuição de exemplar. Além disso, foi realizado o Curso de "Ética, Responsabilidade Social e Tomada de Decisão", cujo conteúdo abrangeu Ética nos Negócios, Responsabilidade Social e Cidadania Corporativa, Vantagens Empresariais com a Institucionalização

da Responsabilidade Social e Ações Institucionais. O IBGE também dispõe de estatuto, regimento interno e organograma, que definem as autoridades e respectivas responsabilidades no âmbito do IBGE.

b) avaliação de risco: o IBGE adota procedimentos para apuração de responsabilidade de fraudes e/ou perdas porventura detectados pela unidade.

c) procedimento de controle: existem, nos setores do IBGE, normas próprias, rotinas e ferramentas que possibilitem avaliar e controlar o desempenho das atividades operacionais executadas.

d) informação e comunicação: o IBGE possui, entre outros canais de informação e comunicação, uma rede interna própria (intranet), instrumento que contribui para divulgação das principais políticas, notícias, diretrizes, normativos.

e) monitoramento: uma das formas adotadas pelo IBGE para monitorar a aderência às normas e alterações é, por exemplo, o encaminhamento dos processos licitatórios para a Procuradoria Federal, aprimorando os procedimentos adotados pelo setor de licitações.

#### 4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Foi analisada a única transferência voluntária concedida, realizada em 2010 pela entidade, o Termo de Cooperação Técnica n.º 01/2010 celebrado com a FUNASA, tendo como objeto obter apoio logístico para viabilização da coleta de dados para o Censo Demográfico 2010, junto às comunidades indígenas, no valor de R\$900.000,00 (novecentos mil reais).

Quadro III - transferência voluntária concedida em 2010

Quantidade de transferências no exercício	Montante	% Qde analisado	% Valor analisado
1	R\$ 900.000,00	100,00%	100,00%

Por tratar-se de termo de cooperação, a análise sobre a observância quanto ao determinado nos art. 11 e 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal não se aplicam, tendo em vista não ser um instrumento firmado com ente da federação, conforme disposto nos referidos artigos.

Com relação ao acompanhamento/fiscalização da aplicação dos recursos repassados mediante a transferência voluntária, foram identificadas algumas falhas relativas ao descumprimento de mandamentos constantes da Portaria Interministerial n.º 127/2008, quanto ao conteúdo do termo celebrado e que dificultam a aferição dos custos incorridos durante a execução. Não foi apresentado no processo o detalhamento do orçamento, sendo que a previsão inicial de recursos totais foi feita no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), e, nas versões seguintes do termo, observamos o reajuste para R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), sem que tenham constado do processo as devidas justificativas, ensejando, assim, que o IBGE, nas próximas celebrações de termos de cooperação, exija do executor o encaminhamento do orçamento detalhado dos serviços a serem prestados, bem como justificativas quando houver variação de valor a ser firmado.

#### 4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

A verificação da conformidade da gestão de suprimentos de bens e serviços obedeceu ao seguinte escopo:



Quadro IV – Total das licitações realizadas

Tipo de aquisição de bens / serviços	Valor no exercício	% valor sobre total	Montante analisado (R\$)	% recursos analisados
Dispensa	13.392.678,76	3,94%	40.664,10	0,30%
Inexigibilidade	22.784.398,57	6,71%	91.645,85	0,40%
Convite	139.340,00	0,04%	0,00	0,00%
Tomada de Preços	2.935.431,39	0,86%	0,00	0,00%
Concorrência	38.482.000,00	11,33%	0,00	0,00%
Pregão	147.515.813,50	43,45%	1.599.062,87	1,08%
Não Aplicável	114.283.351,23	33,66%	0,00	0,00%
Total	339.533.013,45	100,00%	1.731.372,82	0,07%

Fonte: transação Balancete, do Sistema SIAFI

Foram avaliados os processos de aquisições abaixo relacionados no Quadro V, os quais se apresentaram adequados à legislação em vigor, especificamente no que se refere à oportunidade e conveniência das contratações, à modalidade de licitação escolhida e aos fundamentos das dispensas ou inexigibilidades, com exceção dos seguintes casos:

- dois processos de contratação direta, mediante dispensa de licitação, que tratam de aquisições de produtos com as mesmas características, ultrapassando o limite de dispensa na qual estão fundamentadas (inc. II, art. 24, Lei n.º 8.666/93). O fato foi tratado pontualmente, tendo em vista a baixa materialidade, mas que demonstram a necessidade de o IBGE aprimorar seus procedimentos internos, de forma que sejam atendidos tanto a Lei n.º 8.666/93, bem como o próprio normativo interno da unidade, evitando, assim, a fuga ao devido processo licitatório; e

- três aditamentos a contratos vigentes de fornecimento de combustíveis, decorrentes de pregões eletrônicos, para os quais as Unidades Estaduais do IBGE responsáveis extrapolaram o limite de 25% para acréscimos contratuais previsto no art. 65 da Lei n.º 8666/93, tendo a estimativa inicial prevista se mostrado insuficiente para atender a realização da operação censitária ocorrida no exercício de 2010. O fato enseja, portanto, que a unidade realize um estudo, com base no planejamento inicial realizado para a contratação de combustíveis, levando em conta os fatos imprevistos ocorridos na Operação do Censo de 2010, de modo a aprimorar os valores estimados para a contratação em tela, para que o limite de 25% previsto no art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/1993 não seja ultrapassado.

Quadro V – Licitações analisadas

Nº da licitação	CNPJ da Contratada	Valor da licitação liquidado em 2010 (R\$)	Oportunidade e conveniência do motivo da licitação	Modalidade da licitação	Fundamentação da dispensa	Fundamentação da inexigibilidade
-----------------	--------------------	--	--	-------------------------	---------------------------	----------------------------------

109/2010	07.173.992/0001-06	6.595,00	Adequada	Não se aplica	Inadequado	Não se aplica
121/2010	29.468.329/0001-63	4.990,00	Adequada	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
173/2010	12.210.223/0001-62	7.585,00	Adequada	Não se aplica	Inadequado	Não se aplica
178/2010	76.569.820/0001-51	7.176,00	Adequada	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
092/2010	09.021.876/0001-99	14.318,01	Adequada	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
06/2010	86.781.069/0001-15	44.331,05	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Adequado
08/2010	33.555.921/0001-70	47.314,80	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Adequado
CDDI 26/2010	n.º 52.007.010/0001-52	396.800,00	Adequada	Adequada	Não se aplica	Não se aplica
CDDI 28/2010	n.º 00.618.809/0001-81	316.800,00	Adequada	Adequada	Não se aplica	Não se aplica
28/2010	10.312.906/0001-03	27.540,00	Adequada	Adequada	Não se aplica	Não se aplica
29/2010	33.530.486/0001-29	447.899,60	Adequada	Adequada	Não se aplica	Não se aplica
02/2008 (UG 114606)	03.506.307/0001-57	92.228,47	Inadequada	Adequada	Não se aplica	Não se aplica
04/2009 (UG 114614)	03.506.307/0001-57	242.654,40	Inadequada	Adequada	Não se aplica	Não se aplica
004/2009 (UG 114612)	03.506.307/0001-57	75.140,40	Inadequada	Adequada	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Processos analisados

#### 4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

Em consulta ao SIAPE, verificamos que a entidade apresenta a seguinte composição de recursos humanos:

Quadro VI – Composição dos recursos humanos do IBGE

Sq.	Situação	Quantidade	% s/ Total
01	Ativo Permanente	6.971	37,63%

02	Aposentado	5.547	29,94%
03	Requisitado	5	0,03%
04	Nomeado para Cargo em Comissão	11	0,06%
08	Cedido	142	0,77%
12	Contrato Temporário	3.216	17,36%
18	Exercício Descentralizado de Carreira	22	0,12%
19	Exercício Provisório	5	0,03%
20	Celetista	1	0,01%
66	Estagiário	245	1,32%
93	Beneficiário de Pensão	2.360	12,74%
	Total	18.525	100,00%
	Total sem aposentados, temporários, estagiários e instituidores de pensão	7.157	
	Percentual de cedidos sobre o total acima	1,98%	

Fonte: Transação GRCOSITCAR, do SIAPE

Da tabela anterior, deve-se destacar que o percentual de servidores cedidos não é representativo frente ao Ativo Permanente da entidade, o que denota que o instituto conduz adequadamente sua política de cessões.

Nos pagamentos realizados a título de Adicional de Periculosidade, Adicional de Insalubridade e Auxílio-transporte, verificamos a observância da legislação na amostra analisada.

Quanto ao cadastramento de atos no SISAC, o IBGE conseguiu diminuir o estoque de pendências que foram observadas em exercícios anteriores. Procedemos a uma verificação de 168 atos cadastrados nesse sistema, e sua conformidade. Analisamos, também, 53 processos referentes à aposentadoria e pensão, existindo 19 processos pendentes de atendimento às diligências realizadas pela CGU-Regional/RJ em 2010, mas que estão sendo providenciadas ao longo do exercício de 2011.

#### 4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

Com relação às determinações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, verificamos que a Auditoria Interna do IBGE encaminhou o Relatório PR/AUD 01/2011, de 24/03/2011, no Processo de Contas da Unidade (fls. 28 a 33), em atendimento ao item 1.6.3.2.3 do Acórdão TCU n.º 1626/2010 – Plenário.

Verificamos que foram atendidas três recomendações na área de Suprimentos de Bens e Serviços e duas na área de Recursos Humanos, decorrentes do trabalho de auditoria anual de contas de 2009, expedidas para a unidade, sendo que as demais recomendações, apesar de não terem sido analisadas, estão em fase de implementação, conforme depreende-se do que consta do relatório de gestão de 2010 do IBGE.

Com relação aos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, o IBGE atendeu, no exercício de 2010, a grande maioria das recomendações, aplicando as correções ou os procedimentos devidos, entretanto, permanecem ainda alguns trabalhos com pendências de respostas conclusivas da unidade auditada, que dizem respeito à Área de Recursos Humanos, cujo escopo foi a análise de processos de Aposentadoria e Pensão. Os processos pendentes se encontram no setor auditado para cumprimento e apresentação de justificativas, e serão posteriormente avaliados pela Auditoria Interna.

#### 4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Foi verificada a conformidade entre as informações prestadas no Relatório de Gestão com os dados do SIAFI em relação às contas que gerem os passivos por insuficiência de créditos ou recursos. Houve movimentação financeira com o respectivo pagamento durante o próprio exercício, tendo sido inscrito na conta passivos por insuficiência de créditos em função de as despesas terem sido pagas em meses subsequentes, dentro do próprio exercício, portanto não havia saldo nessas contas ao final de 2010.

#### 4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

Selecionamos para exame as notas de empenho 2010NE902202, 2010NE901762, 2010NE001326 e 2010NE001327 inscritas em restos a pagar processados e não-processados, referentes ao pagamento de servidores temporários e aquisição de bens de informática, cuja análise desta Equipe concluiu pela pertinência dos procedimentos adotados pelo IBGE em relação ao disposto no art. 35 do Decreto 93.872/86. Os valores analisados encontram-se descritos no quadro a seguir:

Quadro VII – Restos a Pagar referente ao exercício de 2010

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2010	RESTOS A PAGAR ANALISADOS	PERCENTUAL ANALISADO	% DE RP COM INCONSISTÊNCIA
R\$ 122.915.171,04	R\$ 56.475.353,01	45,90%	0,00%

Fonte: Processos analisados e consulta ao SIAFI2010

#### 4.10 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

A adoção do procedimento de Chamamento Público está prevista no art. 4º do Decreto n.º 6.170/2007, em que dispõe que *“A celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos poderá ser precedida de chamamento público, a critério do órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste”*.

No entanto, não foi celebrado Termo de Convênio no IBGE no exercício de 2010.

#### 4.11 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

Por meio dos testes efetuados por esta equipe sobre os contratos analisados verificamos que a Unidade registrou no sistema SIASG as informações pertinentes àqueles contratos, atendendo o art. 19 da Lei n.º 12.309/2010. Segundo informado pela Unidade em seu Relatório de Gestão, todos os contratos firmados no exercício foram registrados no referido sistema. Não houve lançamento no sistema SICONV, tendo em vista que a única transferência realizada pelo IBGE foi por meio do Termo de Cooperação n.º 01/2010, não havendo previsão do lançamento desse referido instrumento no sistema SICONV.

#### 4.12 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Da análise do controle relativo à comprovação ao acesso à informação relativa a bens e rendas dos servidores, verificamos que todos os treze membros da Alta Administração e dos Conselhos Diretor e Curador permitiram o acesso a suas declarações.

Entretanto, quinze dentre 58 ocupantes de cargo de chefia que se comprometeram a enviar suas declarações em meio impresso não o fizeram no exercício de 2010, contrariando o previsto na Lei n.º 8.730/1993 e na Portaria MP/CGU n.º 298/2007. Esse fato demonstra que o IBGE deve adotar medidas corretivas relativas à entrega de declarações em meio impresso, o que foi recomendado para a unidade.

#### 4.13 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

Verificamos que, embora algumas providências previstas nos normativos do tema não tenham sido seguidas em vista da execução do Censo 2010, a Entidade está adotando uma série de providências no sentido de adequar suas instalações aos novos critérios de sustentabilidade ambiental, além do que os servidores estão sendo conscientizados e capacitados sobre o assunto. Já com relação à aquisição de bens de tecnologia da informação, verificamos alguns exemplos de processos e termos de referência contemplando especificações de bens com configurações aderentes aos computadores sustentáveis bem como identificamos que estão em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) elaborado pelo IBGE em 2010.

#### 4.14 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Destacamos, a seguir, o quadro abaixo contendo a distribuição de bens imóveis de uso especial do IBGE.

Quadro VIII - Distribuição de Bens Imóveis de Uso Especial

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE TOTAL DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	
	2009	2010
BRASIL	33	33
EXTERIOR	-	-

Fonte: Relatório de Gestão de 2010 do IBGE

Conforme informações prestadas pelo IBGE, a Entidade adota, entre as principais medidas para manutenção e gestão dos imóveis, o seguinte:

- 1) inventário de bens imóveis;
- 2) manutenção e conservação das instalações, por meio de contratos de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, contrato de manutenção predial, limpeza das caixas d'água, recarga e reteste anual dos extintores, com inspeção das mangueiras de incêndio.
- 3) norma própria definindo a atribuição da Coordenação de Recursos Materiais pela gestão dos bens imóveis do IBGE. A atualização dos dados/informações no SPIUnet é centralizado na Coordenação de Recursos Materiais, tendo já sido objeto de avaliação por parte da Auditoria Interna da UJ, cujas inconsistências identificadas foram devidamente corrigidas.

Realizamos a verificação da correspondência, por amostragem, em oito RIPs (24,24 % do conjunto de bens imóveis do IBGE), entre as informações dos imóveis do IBGE, relativas ao número RIP utilização, ao regime, à data da avaliação e ao valor do imóvel, cadastradas no SPIUnet, e que foram informadas no Relatório de Gestão do IBGE, e concluímos pela sua conformidade.

No entanto, apesar dessa correspondência entre os dados do SPIUnet e do Relatório de Gestão da Unidade, constatamos, com relação à data da avaliação dos imóveis para fins cadastrais e contábeis, cuja validade tem o prazo de 2 anos, conforme Orientação Normativa GEADE-004/2003, que todos os RIPs constantes da nossa amostragem extrapolaram o referido prazo, o que implica em desatualização dos dados contábeis, com reflexo no Balanço Geral da União. O IBGE informou, entretanto, que já está buscando formalização de convênio com a Secretaria do Patrimônio da União, para efetivação das reavaliações dos seus imóveis pelas Superintendências Regionais da SPU nos Estados, tendo conseguido ajuda neste sentido, o que demonstra, dessa forma, que a unidade já está tomando as providências cabíveis relativas ao assunto.

#### 4.15 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

Com relação ao Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação do IBGE, verificamos sua adequação às necessidades da UJ e ao cumprimento de sua missão institucional, uma vez que o mesmo se encontra inserido no contexto do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, tendo o IBGE criado, em 2010, o Comitê de Tecnologia de Informação e Comunicação – CTIC, para os trabalhos relativos ao PDTI.

Verificamos a existência de um Plano de Carreiras e Cargos no IBGE, que contempla perfis profissionais para a área de TI, situação ratificada pelas áreas de conhecimento constantes do Edital n.º06/2009, voltado para o último concurso público realizado para o Instituto. Quanto aos estudos e avaliações de verificação de rotina sobre a compatibilidade entre os recursos de TI e as necessidades da entidade, foi informado pelo IBGE que os mesmos são cumpridos nas reuniões do CTIC e constam do próprio Plano Diretor.

Embora o IBGE não conte com uma área exclusiva para tratar da Política de Segurança da Informação - PSI, tampouco essa política esteja formalizada por um documento específico, o IBGE está atento à importância do assunto, existindo, desde 19/11/1999, um Comitê de Sigilo. O IBGE, no âmbito da criação do CTIC, criou, também em 2010, um Grupo de Trabalho para Política de Segurança da Informação, o qual vem se reunindo periodicamente para tratar de temas relevantes referentes ao assunto em tela.

Foi apresentada ainda a descrição detalhada do Processo de Desenvolvimento de Sistemas utilizado na UJ, no qual pode-se observar quem são os responsáveis, os setores envolvidos e as empresas terceirizadas colaboradoras, bem como foi apresentada a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas e a documentação contendo a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI da entidade oferecidas aos demandantes do serviço.

Por fim, cumpre registrar que o IBGE não tem um Comitê Diretivo de TI formalmente instituído, sendo esta uma das funções de seu Conselho Diretor, o qual também aprova as normas e procedimentos de segurança, bem como homologa todos os assuntos diretivos de TI para a Instituição.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

### III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Rio de Janeiro/RJ, 15 de junho de 2011.